

Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural realizada em 04 de março de 2020		
1ª CHAMADA		14h
2ª CHAMADA		14h45min
FINAL		17h
Conselheiro(a)s Sociedade Civil	Titulares	Adélia Colier (Desing e Moda), Jocimar Gonçalves (Movimentos Sociais), Maria do Livramento Aguiar (Artesanato), Masayoshi Mtsumoto (Gastronomia), Modesto Lopes (Sertão); Paula de Renor (Teatro); Teresa França (Cultura Popular de Matriz Africana) e Virgina Anghinoni (Produtores Culturais)
	Suplentes	Allyson Carvalho, Deison Bezerra (Sertão), Felipe Peres (Empresa Pernambucana de Comunicação), Nivado Jorge da Silva (Artesanato)
Conselheiro(a)s Poder Público	Titulares	Marcelo Canuto (Fundarpe) e Giberto Freyre (Secult)
	Suplentes	Christianny Souza (Secretaria da Mulher), Silvana Meireles (Secult), Severino Pessoa (Fundarpe)
Equipe Técnica		Coordenador de Literatura, Azoubel; Gerente da Gerência de Política Cultural, Leda Dias; Gerente de Economia Criativa, Priscila Marques; Gerente de Planejamento, Fernanda Matos
Ouvintes / Convidados		Sérgio Cruz – Alepe
Composição de mesa		Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural, Jocimar Gonçalves, Secretário de Cultura, Gilberto Freyre
Abertura da reunião		
Pauta	Votações	Encaminhamentos
Monitoramento do Plano Estadual de Cultura		1. Criar vinhetas para tornar o Plano Estadual de Cultura conhecido; 2. Fazer um link das ações que forem executadas pela Secult e Fundarpe com Plano Estadual de Cultura; 3. Convocar reunião extraordinária com os três Conselhos que são Conselho Estadual de Política Cultural, Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e Conselho Consultivo do Audiovisual para decidir sobre o encaminhamento do Plano Alepe;
		Jocimar Gonçalves colocou que a pauta única é o o Plano Estadual de Cultura, estamos recebendo os representante da Alepe através da Comissão de Educação e Cultura que é o Sr. Sérgio Cruz e as codeputadas mandaram alguém do seu gabinete. Antes de iniciamos para pauta quero colocar que surgiu uma nota repúdio pelos Conselheiros da

	<p>Sociedade Civil referente ao abuso de autoridade da polícia militar referente à censura feita aos artistas que se apresentaram no carnaval. Foi construída uma nota de repúdio houve um questionamento que as notas colocadas pelo whatsapp não tem a chancela do Conselho Estadual de Política Cultural e tinha que ser apresentada a plenária. Ficou à dúvida quando forem notas de pesar que precisam ter uma certa celeridade para sua efetividade. Precisamos criar uma rotina e tratar isso até no próprio regimento do Conselho Estadual de Política Cultural. Compreendo que as notas mais complexas precisam ser trazidas para plenário do Conselho porque se trata de um posicionamento político. Foi feita a leitura da nota de repúdio elaborada pelos conselheiros da sociedade civil e jamais vamos compactuar com essa questão da censura. Acredito que o Conselho Estadual de Política Cultural deve se posicionar.</p> <p>Severino Pessoa ponderou que a nota nós afirmamos que houve um abuso de autoridade por parte da polícia militar sem os fatos terem sido apurados pelas autoridades cabíveis. Há uns fatos a destacar aqui em relação a parte segundo integrantes da banda pelo que constatado não houve queixa formal e no caso da banda devotas li uma matéria no jornal que o próprio Caníbal falou que somente um soldado falou que não tocasse aquela música mas não há relato que iria finalizar o show no pôlo da Várzea. Por causa de um soldado vamos condenar a polícia militar do Estado. China não tem haver com censura e sim há um cumprimento de horário para os shows e o próprio Ministério Público chama o Governo para assinar termo de ajustamento de conduta – TAC. No caso de China, ele ultrapassou o horário, nesse caso não houve censura e sim um cumprimento de horário. Precisamos separar a conduta de apenas um soldado que se posicionou para não tocar uma música e um show que acabou porque ultrapassou o horário pactuado. É necessário ter uma apuração para puder o Conselho Estadual de Política Cultural se posicionar. Não faço questão de ter o meu voto vencido mas queria só alertar que temos que escutar todas as versões e não somente de um lado.</p> <p>Jocimar Gonçalves colocou que queremos saber quem deu a ordem.</p> <p>Severino Pessoa esclareceu que a polícia militar já se posicionou e declarou que não deu essa orientação. Outra coisa quantos polícias militares temos no efetivo da PM para condenarmos a corporação pela conduta única.</p>
--	---

	<p>Quando o servidor sai da linha é aberto um inquérito. Uma coisa é um funcionário errar e a outra é a falta do comandante. A minha proposta é que essa nota de repúdio para polícia militar sou contra já que somente um lado foi escutado.</p> <p>Silvana Meireles é necessário respeitar a decisão do plenário porque de fato precisamos encontrar uma solução para as urgências da sociedade civil se posicionar e o poder público não. É verdade que eu ou qualquer servidor público principalmente que ocupa cargo de liderança, responde institucionalmente. Eu posso não ter essa consciência e agir em nome da Instituição. Na mesma nota ou pedido de apuração dos fatos temos que escolher. Temos que ter cuidado para não ser leviano quando acusar pessoas e com isso acaba com Instituições e pessoas quando não é apurado os fatos e denunciamos. Muitas vezes lá na frente aquilo não ocorreu e não estou a dizer que não ocorreu o fato. Só quero reforçar a necessidade de rever essa nota para ela ser correta do ponto de vista do papel do Conselho Estadual de Política Cultural. Se todos concordamos análise e refaça se posicionando mais com a cautela devida no sentido de não se antecipar há conclusões. Porque pode ser uma atitude isolada mas empoderada pelo clima do país.</p> <p>Jocimar Gonçalves colocou que antes de passar para os demais conselheiros quero deixar registrado em ata quem publicou a nota de repúdio na página do Conselho fui eu. Tomei uma atitude antecipada e todas as notas anteriores foram construídas daquele jeito e posta ali. Qual era o procedimento colocava no whatsapp e os conselheiros davam as sugestões após é publicada a nota. Ressalta que minha atitude não foi individualista e sim atendendo o que Conselho vinha fazendo. Acato que será refeita a nota de repúdio.</p> <p>Chirstiany Souza que não devemos abrir mão da nota mas no sentido de apuração dos fatos. Se delibere na plenária quais os critérios devem ser seguidos no caso de emissões de notas.</p> <p>Nivaldo Jorge reforçou a fala do conselheiro, Severino Pessoa, que o horário vem da Secretaria de Defesa Social. Para assinatura dos termos de ajustamento de conduta é assinado todos Secretários de Turismo ou Secretário de Cultura onde está sendo feita a festa e há sim um horário para finalização. Na Ilha de Itamaracá onde também sou gestor o horário de finalização era 1h30minutos da manhã</p>
--	--

	<p>e se desse 1h40minutos o oficial da PM comunicava que tinha que finalizar. Não tinha Secretário ou outra autoridade porque todos participam da reunião que estipula o horário de finalização de eventos.</p> <p>Paula de Renor concordou com a fala dos conselheiros, Silvana Meireles e Nivaldo Jorge, Temos que fica alerta com a PM sabemos que é o eleitorado do Presidente e eles começam a pensar por eles próprios também. Temos que ver de quem partiu a ordem ou foi da cabeça de um membro da corporação. Não acho que você errou mas precisamos umas combinações como se coloca no grupo whatsapp vamos ter que um quórum.</p> <p>Silvana Meireles concordou que temos que decidir na plenária qual quórum mínimo no whatsapp e temos que ter mais cuidado no conteúdo encaminhado no grupo porque diante do quantitativo há pessoas que não irão procurar mensagens antigas. Se objetivamos esse espaço whatsapp só para assuntos importantes será melhor funcionamento.</p> <p>Severino Pessoa que esse problema ocorreu porque a reunião é apenas uma vez no mês ou quando ocorre uma excepcionalidade como essa pauta para puxar uma reunião extraordinária realmente fica difícil deliberar algo urgente que muitas vezes não pode esperar um mês.</p> <p>Sergio Cruz pediu a palavra para ver o que o estatuto diz se o Presidente e Vice Presidente representam o CEPC tenham uma certa autonomia para se manifestar.</p> <p>Jocimar Peres pediu para Comissão de Comunicação que é Felipe Peres, Justino Passos, eu e Nivaldo Jorge para refazer a nota. Chistiany Souza também se mostrou disposta a colaborar.</p>
Plano Estadual de Cultura	
	<p>Silvana Meireles iniciou que foi demandado pelo Conselho uma apresentação nossa sobre o monitoramento do Plano Estadual de Cultura e isso consta nos encaminhamentos da pauta da reunião anterior. A nossa proposta que se formasse um grupo de trabalho como foi feito com participantes do governo e do conselho. Para ficar claro será apresentado um balanço e um primeiro e um primeiro esboço desse acompanhamento. Todo balanço estar ligado a um eixo do Plano Estadual de Política Cultural. Será apresentado pela Gerente de Planejamento,</p>

	<p>Fernanda Matos, e Jéssica Lobo que trabalha com sistematizações de dados vai chegar ao momento que precisaremos compreender qual o papel da gestão no monitoramento e qual o papel do CEPC. Hoje não temos um instrumento fundamental para fazer o monitoramento que são os indicadores então o grupo de trabalho foi proposto para exatamente com esse objetivo chegar nesses indicadores para garantir monitoramento e fazemos comparações. Pensando na continuidade do Plano nos próximos 10 anos. O Plano Estadual de Cultura foi aprovado com a presença dos três conselhos e daí saiu uma resolução conjunta. A Secult executa a política e o CEPC fiscaliza é bom compreendemos os nossos papéis. Quando finaliza o trabalho do grupo de trabalho teremos atribuições distintas.</p> <p>Fernanda Matos fez uma apresentação que será o anexo I.</p> <p>Maria do Livramento há dois anos atrás ousamos irmos, os conselheiros, começaram a monitorar o Festival de Inverno de Garanhuns. Precisamos adquirir essa cultura do monitoramento porque não fazemos. O trabalho será olhar para o que nos rege que no caso é o Plano Estadual de Política Cultural e temos que fazer o que vem sendo desenvolvido diante do orçamento. O Plano olha para as ações propostas e para orçamento. Temos que escolher a prioridade porque é impossível começarmos com o todo e aos poucos adquirimos esse processo contínuo de trabalho. Percebemos alguns itens como: o que estar posto como orçamento, do que está realizado como resultado, em que avançamos, o que foi bom e o que contribuímos para essa política se estabeleça e cresça. O trabalho do grupo de trabalho é quando vamos começar para fazemos um trabalho gradativo e consistente.</p> <p>Sérgio Cruz perguntou qual foi o orçamento para cultura em 2019 e quando esse orçamento foi executado. Outra pergunta quantos beneficiados tiveram os editais de todas as políticas culturais seja como público ou como contratação de pessoal. Para que possa compreenda o impacto na cadeia produtiva da cultura.</p> <p>Nivaldo Jorge questionou quando esse Plano Estadual de Cultura vai para Alepe para se tornar lei? Para que tenha validade de 10 anos sem ser lei quando o governo mudar não teremos segurança. Reivindico que esse Plano seja levado para aprovação na Alepe e se transforme numa lei. Dou aqui como exemplo o Plano Municipal de Cultura</p>
--	---

	<p>tem 10 anos em vigor, foi aprovado na Câmara Municipal e praticamente nada foi feito. O Plano tem que se tornar lei e assim foi com Plano Nacional foi todo pela Câmara Federal. Temos que tomar consciência que o Plano Estadual de Cultura é para 10 anos quem me garante que no próximo governo aceitará.</p> <p>Adélia Colier externalizou que todo trabalho pede o sentido senão tivemos o Plano aprovado pela Alepe. Também gostaria de saber como anda o edital de intercâmbio que fizemos um grupo de trabalho para elaborá-lo precisamos ter um sistema de continuidade.</p> <p>Deison Bezerra não sei se cabe aqui mais uma diferença muito grande entre Festival de Inverno de Garanhuns - FIG e outros ciclos festivos, como carnaval, onde destinado respectivamente 8milhões e 4milhões . Um atinge uma região e outros bem mais. Devemos redistribuir o valor ou investir melhor nas outras áreas. Quanto aos projetos do Funcultura quando se fala em Sertão mas não está na região e sim no máximo em 4 cidades, digo porque sou de lá.</p> <p>Fernanda Matos começou a responder as perguntas. Temos que começar assumir as nossas atribuições e quais são do CEPC para esse monitoramento. Com regularidade vamos ter reuniões para fazer esse monitoramento, acredito que o CEPC fará encontros para fazer suas avaliações. A criação de indicadores culturais ainda é novo no campo da cultura. Em relação ao edital de intercâmbio está elaborado e estamos pleiteado financeiro para Secretaria da Fazenda e estamos no aguardo do teto financeiro. Há já uma subação específica para edital de intercâmbio. Quanto a pergunta feita pelo Sérgio Cruz não temos essa informação de quantos são beneficiados. Precisamos melhorar o nosso acompanhamento para sabermos o público atingido.</p> <p>Silvana Meireles colocou que temos como dizer quantos aos beneficiários direto como artistas que ganharam prêmios ou selecionados. Há como organizar esses dados mas o público atingido temos uma estimativa e desafio no âmbito nacional que tenha. Não ter esses dados tratados enfraquece os debates culturais. Começaremos a dar passos como a questão dos indicadores. Não sei se chegaremos tão rápido ao indicador para cultura e no Brasil não temos indicadores.</p> <p>Fernanda Matos acrescentou que o Distrito Federal</p>
--	--

	<p>utilizaram o mapa cultural para desenvolver monitoramento. Devemos nesse primeiro, no grupo de trabalho, levantar as experiências que existe no Brasil com outros Planos Estaduais e conseguiram dar novos passos. A Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG está desenvolvendo indicadores para outras áreas e estamos aguardando reunião. Quanto ao Nivaldo Jorge diante de tudo que mudou, não sei se uma lei vai garantir a efetividade de um plano. Tivemos uma conversa na gestão, na época da elaboração do Plano, a proposta aprovada foi que fosse uma aprovação no Conselho. A partir do fim da Conferência o prazo de execução dele passava a contar. Durante a Conferência Estadual de Cultura a parte operativa do Plano, ou seja, a parte executiva do Plano iria para Conferência e acrediito que é isso que Silvana Meireles irá falar. A parte como no Plano Nacional é uma parte mais introdutória da política em si e isso seria encaminhado como um projeto de lei. Acredito que foi uma decisão acertada e Sérgio Cruz comentou que atualmente a Comissão de Cultura e Educação esta travada para projetos relativos para área cultural. Se tivemos encaminhado como projeto de lei poderia está travado mas de toda forma.</p> <p>Sérgio Cruz explicou que um debate ideológico dentro da Alepe muito forte.</p> <p>Nivaldo Jorge pediu para fazer a ressalva que Pernambuco foi o último Estado que assinou o termo de cooperação como Ministério de Cultura. Ele tinha que democratiza o conselho, cria o plano e o fundo. O Ministério já não funcionava mais mas se deu sequencia. O Conselho foi democratizado por uma lei quando queremos mudar uma ajuda de custo a justificativa dada não pode porque a lei não permite. Em 2022, teremos eleição se o Governador que vier outro entendimento senão tivesse em lei o Conselho Estadual de Política Cultural poderia acabar com Conselho. Apesar de todo desmonte no âmbito federal não acabou com Conselho Nacional de Política Cultural. Tenho plena certeza senão tivesse dentro de uma lei estaria extinto. Se o Plano não se torna lei pode ocorrer que o próximo governador sinalize que não cumprirá nada e apesar de todas as manifestações não terá argumento legal. Ninguém vai remover do meu pensar que o Plano para ter validade de 10 anos porque dois planos que participei plenamente que foram do Itamaracá que irá completar 10 anos em 2022 e somente tem uma meta cumprida e dentro do Recife que nada saiu do papel e é lei aprovada na Câmara Municipal. Quando se</p>
--	---

	<p>passa por lei os vereadores e deputados assumem um compromisso com a sociedade. Estou a tratar disso porque tenho a vivência da prática.</p> <p>Silvana Meireles explicou que comunga com a sua preocupação que a lei embora você me deu dois exemplos em que ela não foi cumprida e ninguém sofre sanções. Ressalto que não concordo mas comungo com a preocupação e quero falar duas coisas: a primeira que decidimos com os três conselhos após discussão e foi acordado que o Plano seria uma Resolução do Conselho e que seria encaminhado um projeto de Lei do Sistema Estadual de Cultura no qual constaria os eixos, objetivos, ações estratégicas e estaria também outras questões que dizem respeito não exatamente ao Plano. O Projeto foi encaminhado para Casa Civil e é de praxe quem toma posse retorna para o gestor novo.</p> <p>Sérgio Cruz gostaria de fazer uma pergunta para Severino Pessoa para fazer uma intervenção a lei é de iniciativa exclusiva do governo.</p> <p>Severino Pessoa respondeu é exclusivo do Poder Executivo.</p> <p>Sérgio Cruz como é que faz uma lei e como se tira do papel de algumas formas e a primeira é na política e conversar bastante com todos gabinetes, segunda é a mobilização social e quando vai para Assembléia é o espaço de modificação.</p> <p>Nivaldo Jorge há uma lei que rege as feiras de arte e artesanato do Recife mas tem pelo menos uma lei. Pegamos os vereadores e coloca para funcionar. Estamos aqui a fazer o exercício político como diariamente se faz. Se estando em lei é difícil para cobrar, imagine o que não consta em lei.</p> <p>Severino Pessoa explicou que tem um projeto na Casa Civil que trata de Lei do Sistema Estadual de Cultura então o projeto de lei retorna para plenária para ter outra discussão. Evidentemente Nivaldo Jorge está correto porque a lei não pode ser desmascarada senão for através da Assembléia mas tem uma lei que delegou ao CEPC aprovar o Plano Estadual de Cultura. Entendo que não tem o mesmo peso que se tivesse passado pela Alepe.</p>
--	---